

UM PONTO DE VISTA GEOGRÁFICO NOS MANUAIS DIDÁTICOS BRASILEIROS: OS PASSEIOS E AS EXCURSÕES ESCOLARES¹

Carlos Augusto de Amorim Cardoso²

RESUMO

Este artigo analisa a importância dos passeios e das excursões nas aulas de Geografia, tendo como referência alguns clássicos manuais didáticos brasileiros como os de Delgado de Carvalho (1925) e Backheuser (1928). Ele se origina de duas experiências acadêmicas. A primeira é fruto de um estágio pós-doutoral na Universidade de Barcelona e a segunda é resultado da inserção no projeto de pesquisa intitulado “Materiais didáticos no ensino primário e normal da Paraíba”, desenvolvido conjuntamente no grupo de pesquisa Ciência, Educação e Sociedade, da Universidade Federal da Paraíba. Palavras-chave: Ensino de Geografia. Excursão geográfica. Livro didático.

ABSTRACT

This article analyzes the importance of tours and excursions in geography classes, with reference to some classic Brazilian textbooks such as Delgado de Carvalho (1925) and Backheuser (1928). It stems from two academic experiences. The first is the result of a post doctoral training at the University of Barcelona and the second is due the insertion in the project called "Teaching materials in primary and normal education of Paraíba" that has jointly developed in the research group Science, Education and Society, of Federal University of Paraíba.

Keywords: Geography teaching. Geographical tour. Textbooks.

ORIGENS

Este trabalho tem origem em duas experiências acadêmicas. A primeira é fruto de um estágio pós-doutoral na Universidade de Barcelona, e a primeira versão desta investigação encontra-se em Cardoso (2007). Nesta ocasião, além da pesquisa citada, nos deparamos novamente com a temática dos passeios e das excursões escolares, assunto tratado em Cardoso (2001). Assim, foi possível recolher uma série de documentos, textos e artigos de fins de século XIX e início do século XX sobre as temáticas. A segunda vertente é resultado da inserção no projeto de pesquisa intitulado “Materiais didáticos no ensino primário e normal da Paraíba”, desenvolvido conjuntamente no grupo de pesquisa Ciência, Educação e Sociedade, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

SÍNTESE DA HISTÓRIA DA GEOGRAFIA ESCOLAR

Ultimamente tem crescido o número de pesquisas e trabalhos no campo da história da educação que tomam o livro escolar como objeto. Nesses trabalhos o livro tem sido analisado como uma construção cultural e pedagógica, e não apenas como reprodutor de ideologias, e mais especificamente na área da Geografia e História, como construtor de projetos de nação³. Neste

¹ Uma versão preliminar desta pesquisa foi apresentada no VII Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. Porto, Portugal, junho de 2008.

² Universidade Federal da Paraíba. Email: caugusto@ce.ufpb.br

³ Ver Veríssimo (1985) e De Luca (1999).

sentido, tais estudos buscam analisar o conteúdo das lições dos livros, considerando os aspectos dos processos técnicos e materiais pedagógicos inseridos na sua produção.

As redes de relações temporais que as atividades escolares estabelecem com a estrutura do sistema educativo implicam níveis, ciclos e ritos de uma determinada concepção evolutiva de infância e adolescência e, por conseguinte, com a distribuição das tarefas e das atividades em cada uma das unidades temporais das divisões das práticas escolares, incluso aqui as acionadas além das fronteiras das classes ou aulas. Por este ângulo, o ensino intuitivo da Escola Moderna transformou as escolas, se refletiu no currículo, nos manuais didáticos⁴ e nas tarefas dentro e fora das salas de aula.

No caso da Geografia, existe uma quantidade significativa de trabalhos sobre ensino que abordam as práticas escolares, os relatos de experiências, as representações espaciais, os currículos e programas, os métodos de ensino, a formação de professores, a formação de conceitos e os livros didáticos (PINHEIRO, 2005).

Contudo, poucas são as pesquisas que abordam o tema da história da disciplina Geografia no país. Podemos destacar as dissertações de Ferraz (1995) e Santos (2005). A primeira centrada no discurso e nas sugestões de Delgado de Carvalho para a fundamentação científica do ensino de Geografia nos níveis iniciais de escolarização, e a segunda localizada nas prescrições da Escola Nova para o ensino de Geografia na escola primária, tendo com base as obras de Delgado de Carvalho, Firmino Proença e João Toledo. Outros trabalhos foram realizados com o intuito de delinear um percurso histórico da disciplina escolar: Vlach (1988), Rocha (1996) e Pontuschka (1994)⁵.

No Brasil, embora somente venha a existir curso de formação superior em Geografia no início da década de 1930, com a fundação da Universidade de São Paulo e da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, a Geografia escolar sofre as influências do modelo de educação formulado no interior do movimento republicano. Este movimento exprime uma filosofia da educação que instrumentalizará a cultura, a escola e o ensino brasileiros. Um dos expoentes máximos desta filosofia é José Veríssimo (1985), que propugnava a educação leiga, inspirada nos grandes interesses humanos e na experiência da ciência universal, revelando sua anuência a uma filosofia evolucionista e positivista. A crítica que este autor formula à educação – e à Geografia em particular – em fins do século passado, diz que o sistema geral de instrução não merece o nome de educação nacional, pois em todos os ramos é apenas um acervo de matérias sem nexos e lógica, e estranho completamente a qualquer concepção elevada de Pátria. [...] Nas escolas, a Geografia é uma nomenclatura de nomes europeus principalmente; a Geografia pátria, quase impossível de estudar pela ausência completa dos elementos indispensáveis, resume-se a uma árida denominação⁶.

Podemos perceber, assim, que a noção de educação nacional de Veríssimo estava baseada na busca da formação da ideia de pátria, de nacionalidade, da identidade brasileira e do princípio federativo. Neste clássico estudo *A Educação Nacional*, ele avalia o ensino da Geografia de sua época como “lamentável” e feito por uma “decoração bestial e a recitação ininteligente da lição decorada”, cheio de lacunas no que diz respeito a materiais como mapas, cartas e globos. Sobre os nossos livros exclama que são

[...] mal pensados e mal escritos, carecem inteiramente de valor pedagógico. [...] limitam-se à enumeração seca das cidades, à indicação do bispado a que pertencem, à divisão judicial, ao número de representantes, calando completamente as

⁴ Para uma investigação com maior acuidade sobre a história das disciplinas escolares, a história do saber escolar e a história dos livros e manuais didáticos, ver, respectivamente, Chervel (1990), Bittencourt (1993) e Choppin (2004).

⁵ Um painel analítico sobre a ampliação das publicações dos manuais e livros didáticos, dos conteúdos e das práticas escolares da Geografia clássica no Brasil dos séculos XVII e XIX pode ser visto em Albuquerque (2007).

⁶ Veríssimo (1985, p. 53-54).

notícias muito mais úteis sobre o clima, a configuração física, o regime das águas, os produtos e as zonas de produção⁷.

Na verdade, Veríssimo deseja uma Geografia da sua terra, que deveria ser melhor conhecida em seus aspectos pitorescos e paisagísticos. É, portanto, deste modo que chamará o capítulo que trata da Geografia, em seu clássico livro acima mencionado, de *A Geografia Pátria e a Educação Nacional*. Neste capítulo reivindica, no interior do seu projeto de nação, um brasileiro para nos dar a nossa Geografia:

O que sabemos da Geografia da nossa Pátria, das feições características do seu solo, dos seus habitantes de outras zonas que não são nossas, sabemos pelos estrangeiros. Foram os Castelnaus, os Saint-Hilaires, os Eschweges, os Martius, os Burtons, os Agassiz, os Bates, os Wallaces, os New-Wiedes, os Hartts e os Steinens que nos ensinaram a Geografia da nossa Pátria. [...] Que desamor profundo do País está este fato a revelar! Entretanto, o conhecimento do País em todos os seus aspectos, que todos se podem resumir em – geográfico e histórico – é a base de todo o patriotismo esclarecido e evidente. Por isso, a Geografia do País, inteligentemente compreendida e ensinada, é por assim dizer a base de toda a educação nacional bem dirigida⁸.

Neste modelo de instrução cívica, a maior parte dos modernos sistemas educativos europeus se acostou, pois entre suas finalidades estava a de assegurar a reprodução dos valores sociais da época para ilustrar a sociedade. Deste modo é que o desenvolvimento do sentimento nacional e a manutenção da ordem social foram as prioridades, como respostas às demandas educativas da sociedade, bem como a propagação de conhecimentos escolares úteis para a vida⁹.

Nesta toada do progresso, com a implantação da Imprensa Régia, se verifica um aumento significativo de publicações impressas no Recife, na Bahia e no Rio de Janeiro. Tais livros incluíam nas suas atividades aquelas que foram consideradas ideais para cultivar determinados sentimentos; na ordem física, permitiu liberdade ao estudante para a ação, numa oposição ao sedentarismo da sala de aula; na ordem mental, reservou para as crianças uma variedade de objetos reais, despertando curiosidade e desejo de saber, e na ordem moral, o desenvolvimento de um sentimento estético. Nesta tradição de renovação pedagógica, as excursões e os passeios escolares faziam parte do público estudantil na sociedade europeia e na América Latina desde fim do século XIX.

É assim que, em concordância com o desenrolar das propostas instrucionais e as reformas educacionais no mundo, no Brasil, no ano de 1895, o *Programma do Ensino do Gynmnasio Nacional* para o primeiro ano, a “cadeira” de *Geographia – Geographia physica* sugeria exercícios de cartografia desde a análise da planta da sala de aula até o “plano do edifício do estabelecimento e adjacências”; para os alunos do externato do 2º ano apontava as excursões escolares como exercício, assim definido: “passeio a logares saudáveis e aprazíveis mais longínquos do que os do primeiro anno” (VECHIA; LORENZ, 1998, p. 146 e 160) e no ano de 1898, tal *Programma* sugere para o 1º ano o livro *Geographia Elementar* de Tancredo do Amaral (ibid., p. 164), professor da Escola Normal de São Paulo¹⁰.

PASSEIOS E EXCURSÕES

Não por acaso, em meados dos anos 1920 e 1930, Penteadó Jr., professor catedrático de didática da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, juntamente com Carlos Miguel Delgado de Carvalho, ou simplesmente Delgado de Carvalho, como ficou

⁷ Veríssimo, op. cit. p. 94.

⁸ Veríssimo, op. cit. p. 96.

⁹ Para aprofundar sobre a investigação da história do livro escolar, uma importante investigação vem sendo desenvolvida na Espanha. Ver Escolano Benito (1997).

¹⁰ Contrariamente às determinações expressas no ano de 1895, o livro indicado para o ano de 1898 não apresenta as atividades de excursões escolares, conforme podemos nos certificar na sua 8ª edição, no ano 1904 (Amaral, 1904).

conhecido pela comunidade geográfica atual, foram expoentes da didática em Geografia; empregavam a excursão como um meio de ensino salutar, sugerindo que o principal objetivo do ensino da Geografia deve ser aquele que “educa os sentimentos do belo e da pátria”¹¹.

Estas modernas práticas de ensino, discutidas e aplicadas no Brasil, estão presentes na reforma do ensino público de 1892, que tornou obrigatórios os procedimentos intuitivos. A recomendação para a aplicação do ensino intuitivo destinava-se a todas as matérias científicas do currículo escolar, desde aritmética e ciências físico-naturais (lições das coisas) até o ensino de Geografia e História e os trabalhos manuais. Os passeios escolares, no aspecto da metodologia intuitiva, foi uma das inovações pedagógicas mais simpáticas, em virtude de suas atividades lúdicas e de sua aprendizagem, e em várias ocasiões, fora da sala de aula.

Como republicano de primeira hora, Veríssimo reclamava, ao expor seus ideais educativos na *Educación Nacional*, a demora dos governos pós-monarquistas em aplicar o pensamento dos filósofos e pedagogos, que assinalavam a importância do desenvolvimento das faculdades intelectuais das crianças e adolescentes através da observação e da análise dos objetos circundantes, bem como a necessidade de materiais didáticos (mapas, globos e livros).

Assim, para situar historicamente os passeios e as excursões escolares, amparamo-nos na opinião de Moctezuma (1993), baseada em Paul Berton e Jean-François Chanet, quando afirma que a prática dos passeios escolares está situada na França em fins da década de 1870. De maneira geral, os passeios escolares começaram a se fazer presentes em boa parte dos sistemas educativos no México, entre 1904 e 1908; as escolas primárias realizaram 11 passeios entre maio e junho de 1905, em períodos de até oito dias (Moctezuma, 1993, 190-191); na Espanha, mais precisamente em Navarra, a Junta Provincial de Instrucción Pública acolheu a solicitação da *Conferencia sobre Paseos Escolares*, ocorrida no ano de 1897 na cidade de Tudela, em que pedia a criação dos referidos passeios nas escolas. A resposta da Junta à solicitação da *Conferencia* é um indício, mesmo com a aparente recusa da Junta, do oportuno procedimento na educação escolar:

La Junta acepta en principio la idea; pero no cree conveniente su implantación en toda la provincia sin proceder antes á un ensayo, no por que desconfie de la bondad del procedimiento educativo, sino más bien por temor de que no puedan llevarse á cabo los paseos en todas partes como deben realizarse y lejos de producir los resultados que se apetecen sea esa la causa de su descrédito (Arnal, 1897, p.5).

Em que pesem as diferentes temporalidades – 1879 na França e 1897 na Espanha –, o fato é que em fins do século XIX os passeios e as excursões escolares eram uma realidade do ensino intuitivo praticada com regularidade. Na Argentina, para usar outro exemplo, tal metodologia de ensino intuitivo está presente desde, pelo menos, os anos de 1910, conforme se pode depreender do *Reglamento* citado por Bassi (1917):

El artículo 50 del Reglamento en vigencia, dispone la realización de una excursión escolar mensual. (...) Estas excursiones servirán, a más, para coadyuvar a la formación del Museo, que, en grande o en pequeña escala, debe existir en toda escuela ... (...) Las excursiones escolares no deben llevarse a cabo sin tener previamente bien meditado un plan de acción educativa e instructiva a realizar, cuidando de la elección del lugar, que puede ser una chacra, una quinta, un jardín, donde el niño pueda ver, observar y aprender (grifo do autor) (BASSI, 1917, p. 250).

Como atividade da metodologia intuitiva, os passeios escolares foram incorporados em vários viéses pedagógicos. Alguns modelos são representativos, como as atividades das escolas de cunho racional e científico, inspiradas e inspiradoras da Escola Moderna de Barcelona¹².

¹¹ Penteadó Jr. (1985, p. 113).

¹² Existiu na Catalunya a Institución Libre de Enseñanza, que aplicava as concepções de educação integral baseada no pensamento de Friedrich Froebel e tinha como prática sistemática as excursões escolares. Ver análise da geógrafa Beltran (1991).

Estas escolas, na sua grande maioria libertárias de viés anarquista, começaram a surgir ainda no século XIX, como fruto do contato das classes operárias com movimentos da Europa e no Brasil com os contingentes expressivos de migrantes europeus. Tais contatos influenciaram a criação de várias escolas, bibliotecas e centros de estudos e debates, geralmente vinculados aos movimentos de bases operárias ou anarquistas. São elas: Escola Eliseu Reclus, em Porto Alegre (1906), Escola Germinal, no Ceará (1906), Escola da União Operária, de Franca (1906), Escola Liga Operária, de Sorocaba (1911), Escola Operária 1º Maio em Vila Isabel, Rio de Janeiro (1912), Escola Moderna, em Petrópolis (1913) e as Escolas Modernas nº1 e nº2, em São Paulo (1912), além da Biblioteca do Centro de Estudos Sociais Francisco Ferrer, da Biblioteca Operária de Sorocaba, do Centro de Estudos Sociais Jovens Libertários da Barra Funda, do Editorial A Voz do Trabalhador, da Revista A Vida e do Boletim da Escola Moderna, no estado de São Paulo. Na cidade de Campinas foi fundada uma escola livre, que defendia semelhantes ideias da escola modernas para a educação de crianças. Um lugar de prazer, de recreio e de diversão, aproveitando a natureza irrequieta e alegre das crianças. (GONÇALVES; NASCIMENTO, 2007; MORAES, s/d).

No que diz respeito ao ensino de Geografia, um dos principais geógrafos envolvidos com o ensino racional e científico, Eliseu Reclus, escreveu para uma das principais publicações da Escola Moderna, o *Boletín de la Escuela Moderna*, a sua concepção intuitiva para o ensino de Geografia:

[...] ; *Volvamos, pues, á la naturaleza! Siendo profesor, cuidaria mucho de proceder con método en esos paseos y en las conversaciones suscitadas por la vista de los objetos y de los paisajes. [...] A estos paseos alrededor de nuestra residencia habitual, las circunstancias de la vida podrían añadir largas excursiones, verdaderos viajes, dirigidos con método, porque no se trata de correr al azar, como aquellos americanos.... es importante proceder á las excursiones y á los viajes con el mismo cuidado del método que en el estudio ordinario para la enseñanza; pero es preciso evitar también todo pedantismo en la dirección de los viajes [...]* (RECLUS, 1903, p. 65-66).

Não resta dúvida, portanto, que além de atingir o sistema escolar com a noção de pátria e de patriotismo como base, ao estilo de Veríssimo (1985), de Penteadó Jr. (1985) e de Carvalho (1925), a Geografia escolar sustentava uma “volta à natureza” como um elemento de formação científica e racional que a Escola Moderna, na Espanha e na França, através dos movimentos operários, anarquistas e maçônicos, apontava com o propósito de superar as contradições da formação e compreender a “origem de todas las cosas, incluido el de los males que afligían a la humanidad [...]” (AVILÉS FARRÉ, 2006, p. 88).

No que diz respeito à circulação das ideias, é preciso notar que tais movimentos, Escola Nova, Escola Moderna, Escola Racionalista etc., utilizaram muitas fontes semelhantes. Supõe-se que o ambiente vivido por Delgado de Carvalho, como filho de diplomata, no início do século XX, seja o mesmo vivenciado por Ferrer y Guardia durante seu exílio na Paris da chamada *belle époque*¹³. Não vamos tratar aqui do trânsito de ideias ou influências entre intelectuais¹⁴, mas apenas demarcar que um conjunto de acontecimentos, tanto no Brasil como no exterior, em que pesem os obstáculos comunicacionais da época, as ideias e os ideais educativos e instrucionais foram prioritários no conjunto daquilo que se convencionou chamar de progresso, caracterizado marcadamente pelo conjunto de doutrinas de orientação cientificista, que atribuía ao pensamento filosófico, ao processo da ciência, importância decisiva ao progresso do conhecimento: o positivismo.

Como foram comentadas anteriormente, tais atividades do ensino intuitivo apresentavam objetivos precisos. Quatro manuais brasileiros sugerem os passeios e as excursões escolares no conhecimento geográfico como um valioso recurso para a escola e o ensino. São eles: *Geogra-*

¹³ A cronologia da vida de Carvalho feita por Ferraz (1995) e a de Ferrer, feita por Avilés Farré (2006), leva-nos, embora em situações de classe distintas, a acreditar que vivenciaram os mesmos ambientes culturais.

¹⁴ No campo educacional, ver Kulesza (2005b).

phía do Brasil, Methodologia do Ensino Geographico, de Carlos M. Delgado de Carvalho, dos anos de 1913 e 1925, respectivamente, *Manual de Pedagogia Moderna (teoria e prática) para uso das Escolas Normais e Institutos de Educação* (1928), de Everardo Backheuser, *Como se ensina Geographia* (1928), de Antônio Firmino Proença e *A lei biogenética e Escola Ativa*, de Adolphe Ferrière, de 1929.

Neles, a organização pedagógica buscava um plano de estudos para a escola moderna que fosse edificante para o desenvolvimento intelectual, moral e físico dos alunos. Os passeios e as excursões escolares representavam um importante aspecto da iniciação dos educandos na sua formação para a modernidade. Muitas propostas e metodologias foram sendo desenvolvidas e divulgadas ao longo dos anos que rodeiam o fim do século XIX e primeira trintena do século XX. Não se tratavam de inovações teóricas, pois parte substancial dos programas de estudos de ensino intuitivo baseava-se nas reflexões de Pestalozzi, inspirado no aluno ideal de Rousseau. Contudo, implicavam uma série de diferenças na aplicação destes programas.

Vejamos, primeiramente, o de que trata Carvalho (1925) no que diz respeito à orientação em seu manual *Methodologia*:

Toda a creança que frequenta a escola tem uma noção do caminho percorrido, de seus principaes accidentes; pode, mais ou menos, se orientar. Como bem sabem os professores primários, o moderno methodo de ensino consiste, essencialmente, na explicação de cada “coisa” e, sempre que é possível, na vista desta coisa. [...] O pateo da escola, num dia de chuva, vale a pena ser observado: reúnem-se ahí, em miniatura, todas as feições características da crosta terrestre (CARVALHO, 1925, p. 59-60).

A denominada orientação moderna para o ensino de Geografia de Delgado de Carvalho é percebida quando trata dos processos didáticos como um conjunto de regras para uso dos compêndios, das exposições orais, da leitura de atlas e da leituras de textos. Como um dos autores de novo programa de ensino, defendia os manuais como reforço das estratégias de oferecer aos professores meios para por em prática efetivamente o programa de formação. Além disso, também interessante, era que essa proposta metodológica combinava com o discurso de Delgado de Carvalho, de que o ensino de Geografia pátria era

[...] um dever de inteligência e de patriotismo. Aos nossos jovens patricios não devemos apresentar a Geografia no Brasil como uma disciplina austera e ingrata ao estudo. Por meio de bons mapas, de gráficos, de perfis, de diagramas, de fotografias, se for possível é preciso torná-la fácil e cativante. É pelo conhecimento do país, pela consciência de suas forças vivas que podemos chegar a apreciá-la a seu justo valor (CARVALHO, 1925, p. 87-88).

Podemos, assim, observar que esta era uma concepção de conhecimento geográfico que se tornou ideia-força entre a intelectualidade brasileira nos anos de 1920 e 1930. A tentativa de introduzir o ensino intuitivo e a Geografia científica no espaço escolar encontrava resistência em amplos setores. As propostas metodológicas que Delgado de Carvalho utilizava eram simples aos olhos de hoje, mas extremamente inovadoras nas décadas acima citadas. O uso de “fitas cinematographicas” nas aulas de Geografia permitiria uma produção dos conceitos pela participação direta dos alunos, o que Delgado de Carvalho chamava, em sua *Methodologia*, de “o futuro pedagogico por excellencia” (Carvalho, 1925, 145).

Cerca de dez anos antes de sua *Methodologia* ser difundida, Delgado de Carvalho assentava a sua crítica na introdução do *Geographia do Brasil*, nos moldes daquela de Veríssimo, quando afirma que

É pois mais do que necessário abolirmos, no ensino prático da geographia practica, tudo quanto é nomenclatura, tudo quanto é puramente mnemotechnico, para só encarar os factos “em marcha” pode-se dizer, e no seu respectivo lugar. É util afastar-se, de vez em quando, do quadro habitual das concepções geográficas tradicionaes. Até hoje, no nosso ensino, toda ideia nova, todo pro-

gresso da ciência geográfica entre nós, tem sido sacrificados aos moldes antigos, tem sido apresentados num quadro arcaico: os espíritos não são levados a ver a geographia tal como ella é. (CARVALHO, 1913, p. VI).

Este aspecto também reforça a noção de circulação das ideias. Vale dizer que Delgado de Carvalho, mesmo chegando para morar no Brasil de forma definitiva na década de 1920, se utilizou da contribuição de especialistas em variados assuntos, contemporâneos ou não, tais como Homem de Mello, Theodoro Sampaio, Afrânio Peixoto, Euclides da Cunha, Sylvio Romero, entre outros, fazendo parte daquilo que dissemos ser o ambiente cultural do final do século XIX. É o que se pode inferir do *Prefácio* que Oliveira Lima escreveu para a *Geographia do Brasil* em setembro de 1913. (OLIVEIRA LIMA apud CARVALHO, 1913, p. IV).

Noutra direção, mas ainda dentro dos ensinamentos intuitivos, o psicólogo Adolphe Ferrière, traduzido por Noemy Silveira e apresentado ao público brasileiro por Lourenço Filho, apresentava-nos com um ponto de vista: o sistema de monografias através da literatura de viagens. Esta perspectiva tinha o geógrafo Pedro Kropotkin como um dos mais ardorosos defensores (KROPOTKIN, 1986). Diz Ferrière a respeito da Geografia como “irmã da história”:

Tomemos por guia um viajante explorador. Um jovem operário que percorre o mundo, um Vasco da Gama, um Cook, um Stanley, ou um heroe de um conto phantastico de Julio Verne. Com elle, vamos aos paizes longínquos, que tratamos de conhecer, e descrevemos o clima, as plantas, os animais, as industrias e as gentes que encontramos, apresentando photographias, vistas estereocopias, postaes, projeções. Penetremos entre os povos de que já tenhamos alguma ideia, por delles ter ouvido falar, sobre suas casas, vestuários, alimentos. [...] Numerosos desenhos, mappas e pinturas [...] serão exercícios complementares [...]. (FERRIÈRE, 1929, p. 78).

Ora, é sabido que as literaturas de viagem são iniciáticas. Mantendo um certo afastamento do tema central dos passeios e excursões, adentramos nas narrativas de Julio Verne como forma de estabelecer os vários mapas de uma Geografia fantástica, como disse Ferrière. Ao atravessar o mapa mundi espacial e o das enciclopédias, encontramos o espaço físico e geográfico, aqueles que definem os arcos de um meridiano, as formas e os volumes da terra, um espaço de um país e uma área de conhecimento. Nos romances de Verne sempre sucede um terceiro espaço, que coexiste com aquele que fica grafado nos cadernos infantis. Por isso, os espaços coexistentes são como um mapa, cada um com uma tonalidade, que se juntam às mensagens pedagógicas e espaciais.

Com certeza Ferrière intuía que Verne copiava os trajetos dos cientistas aventureiros: Humboldt, Maupertius, Martius etc. A transformação das explorações em conhecimento objetivo é uma perseguição desde os tempos antigos. Desde Estrabão, sabia-se que a poesia homérica era apropriada para os ensinamentos aos jovens. Dizia ele que um poeta aponta em todo momento ao prazer do espírito, não ao do ensino. Porém, os antigos diziam que a poesia é uma espécie de filosofia primeira, que desde jovens nos introduzem na vida e nos ensina peculiaridades, experiências e ações. Por isto os gregos educavam as crianças mediante a poesia, não imediatamente em homenagem ao prazer de seu espírito, mas tendo em vista a sua sensatez. Do mesmo modo, os músicos que ensinam a manejar instrumentos e a tocar flauta se fazem também participantes desta boa qualidade, pois afirmam ser educadores e orientadores dos costumes, o que também Homero havia chamado “maestros de sensatez” aos poetas (ESTRABÓN, 1991). Mas a aplicação dos métodos intuitivos num conjunto de sistemático escolar somente foi possível na modernidade com os sistemas escolares.

Outra obra editada na década de 1920, que trata das excursões escolares como recurso ao ensino de Geografia, é *Como se ensina Geographia*, do ano 1928, de Antônio Firmino Proença. Apresentado pelo artífice da “reforma de 22” no Ceará, um dos pedagogos da Escola Nova mais engajados na renovação do ensino no Brasil, Lourenço Filho trata a obra de Proença como tendo um valor prático imediato, pois não lança mão de receitas de processos de ensino, nem de nor-

mas imperativas ou preocupações mecanicistas. Afirma, ainda, que o ensino da Geografia ocupa um papel de primeiro plano, criticando a antiga Geografia. Os comentários de Lourenço Filho funcionam como uma espécie de presságio para os dias atuais, ao considerar a prática pedagógica da reforma de 1920 como precursora das metodologias de ensino, das didáticas e da prática de ensino¹⁵.

Assim, segundo Santos (2005), o livro de Proença foi muito comentado pelos professores e especialistas. De acordo com a autora acima, diferentemente de Delgado de Carvalho, Proença via a escola primária como terminal, o fim de uma escolarização da população. Neste aspecto, sua obra destinava-se prioritariamente ao professor e aos planos e às lições destinadas para aqueles que as aplicariam (SANTOS, 2005, p. 29).

Sobre as excursões, Proença dedica apenas uma página na sua obra *Como se ensina Geographia*. Deste modo, reproduzimos uma parte substancial desta página para compreender o seu conceito da prática pedagógica aplicada à Geografia:

Uma das condições de sucesso no estudo da geographia local é a possibilidade de lições ao ar livre, no pateo da escola, nos arredores da cidade e mesmo em pontos distantes da escola, porque as coisas e os factos devem ser observados *in loco* (grifo do autor). Não quer isto dizer que o estudo todo exija desenvolvimento fora da escola. Há lições formaes e há trabalhos de applicação para serem realizados na sala de aula. Em certos casos, comtudo, torna-se indispensável a excursão (PROENÇA, 1928, p. 51).

Continua buscando definir as situações mais favoráveis para a realização das excursões: se nas escolas rurais ou nos pequenos centros urbanos. Alerta sobre as dificuldades de locomoção e da ausência de sítios apropriados para a observação da natureza nas grandes cidades. Entretanto, mesmo diante dos obstáculos, diz que

[...] quatro ou seis excursões realizadas no correr do anno, com plano perfeitamente assentado, serão sufficientes para estudar os arredores da cidade, no que elles possam offerecer de mais interessante. Outras excursões serão necessárias, a estabelecimentos fabris, mercados, exposições, etc., porém estas serão facilitadas pela própria situação do perímetro urbano (Ibidem).

Além do caráter analítico do amplo temário da Geografia, sua página dedicada às excursões aborda, do ponto de vista da operacionalidade delas, o fato de que é

Indispensável o estabelecimento de um plano de estudos com objetivos previamente fixados. Do contrário as excursões se transformarão em passeios, com grave prejuízo para a formação moral das crianças, além da perda de tempo. Uma outra observação não menos importante é a que diz respeito à classe. Nas excursões a fabricas ou exposições, emfim a lugares onde haja aglomeração de material ou pessoas, é conveniente conduzir a classe por pequenas turmas. (Ibidem).

Por fim, outra obra que merece deferência no que toca aos passeios e às excursões é o *Manual de Pedagogia Moderna*, de Everardo Backheuser. Este livro é, segundo a sua própria apresentação, uma exposição crítica de problemas pedagógicos; busca ensinar lições claras e precisas. Procura conceituar a educação e a pedagogia e as relações entre alguns ramos do conhecimento, especialmente a Filosofia, a Sociologia, a Geografia, entre outros. Aborda o papel do professor e estabelece os princípios cardeais da Escola Nova.

¹⁵ Um especialista na análise da organização escolar é taxativo: “É mais do que uma coincidência notável a exigência, constante da LDB em vigor (artigo 65), setenta e cinco anos depois, de uma dedicação mínima de 300 horas para a formação docente, exatamente igual à carga horária da Prática Pedagógica proposta por Lourenço Filho” (KULESZA, 2005a, p. 296).

Backheuser, um dos três geógrafos considerados como os grandes renovadores do ensino da Geografia, juntamente com Fernando Raja Gabaglia e Delgado de Carvalho, foi professor da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, participou da primeira iniciativa de criação do Curso Superior Livre de Geografia da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro¹⁶ entre os anos de 1926 e 1927, ministrou um curso de excursões pelo Distrito Federal e pretendia implantar e difundir a Geografia moderna no país. (CARDOSO, 2006, p. 3).

Seu *Manual de Pedagogia Moderna* abrange a definição de excursão escolar, os locais onde realizá-las e o modo como efetuá-las. Discorre sobre cada uma destes aspectos de maneira detalhada, fixando apreciações às suas próprias indagações:

A excursão escolar é afinal uma *viagem de estudos*. (Grifo do autor). Não há quem desconheça os lucros e vantagens que tem o homem ao fazer viagens. Alarga seus conhecimentos e seu espírito; ganha erudição que, por ser adquirida ao objetivamente e não livrescamente é de memória mais duradoura. Conquista um ambiente social muito mais largo de que saberá oportunamente tirar a *utilidade*. [...] A excursão escolar é um em pequeno o que a viagem é para os adultos. Será portanto um excelente meio educativo, pois visa desenvolver nas crianças o outro espírito do guia observar não há opção na ação e a capacidade dias para mim e exploração (BACKHEUSER, 1928, p. 320).

Alerta para a necessidade de saber fazer as viagens de estudo que não sejam “às cegas”, mas “de olhos abertos”. Pois os deslocamentos, “vendo correr as paisagens sem saber o que significam” não é fazer viagem de estudos; é se “instalar em uma mesinha do Café de La Paix” de Paris e ficar dias apreciando a paisagem.

Segundo Backheuser, um programa útil será aquele que se aproveita de conhecimentos pessoais adquiridos anteriormente e no momento dos trabalhos. As excursões escolares deverão seguir um fundamento educativo, não uma ordem hierárquica. Assim, viajar de olhos abertos consistiria

em se documentar o viajante previamente sobre a região a percorrer, lendo os livros que dela tratem, examinando os álbuns de fotografias, e lá chegando, procurar não só se por em contato com o que de mais importante houver na sua natureza, nas suas indústrias, no seu comércio e na sua cultura, como enviar esforços para conviver com a sociedade local. Verá os museus e as fabricas e os sítios pitorescos, ouvirá cursos e conferencias, e, se não puder freqüentar as casas particulares, deve procurar assistir espetáculos públicos onde a alma popular se expanda. [...] *excursão escolar não é passeio – é estudo* (grifo do autor) (BACKHEUSER, 1928, p. 221).

Na opinião de Backheuser, a escolha para a realização das excursões escolares deverá estar relacionada com o ano escolar e o desenvolvimento intelectual dos alunos da classe; sua extensão depende destes fatores. Assevera que:

No primeiro ano, crianças de 7 a 8 anos [...] já se podem todavia fazer excursões [...] a uma outra sala de aula, ao pátio do recreio, ao quintal da escola, ao gabinete da diretoria ou do dentista. [...] ao terem as crianças adquirido o hábito da responsabilidade da locomoção, poderão iniciar observações no logradouro onde estiver o edifício escolar. No 2º ano (crianças de 8 anos ou pouco mais) é perfeitamente possível o exame das circunvizinhas do estabelecimento. Visitarão lojas armazéns; algum jardim público; algum monumento se houver. Tudo, porém, nas redondezas. No 3º ano, já a excursão irá mais longe. O próprio bairro será o campo de exploração *científica*. Serão examinados os jardins e praças públicas; os grandes monumentos; os estabelecimentos comerciais de maior

¹⁶ Sobre a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro ver Cardoso (2006) e Pereira (2005).
Revista da Casa da Geografia de Sobral, Sobral, v. 10, n. 1, p. 93-105, 2008. www.uvanet.br/rcgs

vulto; as feiras; as igrejas; algumas fábricas de mais fácil entendimento técnico: útil será para intercâmbio intelectual e social a visita a outras escolas do mesmo grau. Nos 4º e 5º anos, poderão visar objetivos intelectuais mais profundos; [...] a alguns dos seus museus (Comercial, Histórico, o Nacional na Quinta da Boa Vista); a praias; a bairros distantes; a fabricas ou oficinas (BACKHEUSER, 1928, p. 222).

Por fim, seguindo a exposição instrutiva de Backheuser, o modo de efetuar as excursões obedeceria a passos bem precisos e a fatores sucessivos, como o preparo da excursão, a realização e as conclusões a tirar. Na preparação se examinam os mapas, as cartas geográficas, o cálculo do tempo e custo da viagem etc. Posteriormente, quando houver os esclarecimentos gerais, será realizado o *passo científico* (grifo do autor). A 2ª fase, a realização, consta da verificação das leituras, dos elementos a observar e as anotações. Jogos esportivos e piquenique complementam a fase. As conclusões dizem respeito ao aproveitamento da excursão; indagações, relatos, observações, descrições, desenhos, modelagens e construção de museu da classe.

Uma significação importante do ponto de vista da Geografia é que, mesmo tendo por base os conhecimentos dessa disciplina para as excursões, Backheuser as entendia como uma espécie de projetos e não apenas que os fatos ou os fenômenos geográficos devessem ser objetos de sua realização:

Conjuntamente com a Geografia, adquirida a turma noções de história, de ciências físicas e naturais, de trato social, de aritmética, de geometria, de desenho, de modelagem, de educação física e acima de tudo de linguagem oral e escrita pelo enriquecimento do vocabulário. O que se pode dizer em conclusão e com segurança é que *as excursões escolares bem praticadas, "de olhos abertos", são muito recomendáveis, cumprindo a todos os professores de orientação moderna proporcioná-las frequentemente a seus alunos* (BACKHEUSER, 1928, p. 226).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o nacionalismo e a consciência nacional em voga em fins do século XIX e início do século XX, o esforço modernizador possuía várias raízes. Desde o romantismo alemão ao comtismo, várias tradições liberais buscavam a pátria como mediação necessária. E o fenômeno de buscar modelos externos é universal, o que não significa que não possa ser útil para entender uma sociedade em particular. Nesse aspecto mencionamos o esforço sistematizador de Gil Cabezudo (1994) sobre as excursões urbanas do Centre Excursionista da Catalunya no período de 1891 a 1936. Nesse trabalho está descrita a série de visitas do referido centro às cidades européias, em que seus autores elaboram crônicas e descrevem as formas das casas, dos museus, o caráter da gente, as exposições, os meios de locomoção, os monumentos, os bairros pobres e tantos outros aspectos da vida social.

No Brasil, muito dos pressupostos pedagógicos das iniciativas didáticas dos passeios escolares estavam vinculados às raízes da Escola Nova. A ideia central desta escola é fomentar a curiosidade dos alunos, despertando a sua atenção pelos fenômenos naturais e sociais. Um dos documentos mais importantes, do ponto de vista das propostas político-pedagógicas, é o Manifesto dos Pioneiros¹⁷, documento que resume uma proposta que se gestava na prática cotidiana das escolas. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova consolidava a visão de um segmento da elite intelectual que, embora apresentasse diferentes posições ideológicas, vislumbrava a possibilidade de interferir na organização da sociedade brasileira do ponto de vista da educação. Um movimento de renovação educacional baseado no gosto pela crítica e pelo debate, que defendia uma educação essencialmente pública.

Neste aspecto, a Escola Nova relaciona-se de maneira muito próxima da Escola Racionalista Moderna e a Escola Moderna européias. Em todas elas existiam razões fundamentais que

¹⁷ Azevedo (1932).

sustentavam os passeios e excursões escolares como um valor fundamental da experiência e uma transação ativa entre o sujeito e seu entorno. Estavam, pois, fundamentadas na necessidade da construção de uma escola que possibilitasse às crianças desenvolverem sua personalidade juntamente com o sentimento de pertencimento à natureza e à modernidade.

Por fim, muitas atividades efetivadas no espaço escolar implicavam o estabelecimento de novas ordens morais e novos costumes nos espaços físicos da cidade¹⁸ e da escola, seja para fins profiláticos para crianças doentes, para classes populares, ou para um espaço natural de reencontro com valores perdidos pelas sociedades urbanas. Através do contato com a natureza e com o meio natural, as escolas intuitivas pretendiam recuperar o valor educativo desse contato. E a organização do ensino segundo o comportamento da natureza favoreceu iniciativas de educação natural, ao estilo proposto por Rousseau, para quem “a melhor escola é a sombra de uma árvore”.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, M. A. M. de. **Dois momentos na história da geografia escolar: a Geografia Clássica e as contribuições de Delgado de Carvalho para a introdução da Geografia Científica na escola.** Relatório de Pesquisa – Cnpq-UFPB-Edital Universal, 2007 (Mimeo).

AMARAL, T. do. **Geographia elementar.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1904.

ARNAL, S. **Paseos Escolares.** Monografia Pedagógica. Redactada según acuerdo de M.I. Junta Provincial de Instrucción Pública de Navarra. Pamplona: Imprensa Provincial, 1897.

AVILÉS FARRÉ, J. Francisco Ferrer y Guardia. **Pedagogo, anarquista y mártir.** Madrid: Marcial Pons, Ediciones de História, 2006.

AZEVEDO, F. et all. **O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932).** A reconstrução educacional no Brasil – ao povo e ao governo. Disponível em: <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb07a.htm>. Acesso em: janeiro de 2007

BACKHEUSER, E. **Manual de Pedagogia Moderna (teoria e prática) para uso das Escolas Normais e Institutos de Educação.** Rio de Janeiro: Globo, 1928. p. 320-326.

BASSI, A. C. **Metodología de la enseñanza intuitiva.** Buenos Aires: Cabaut, 1917.

BELTRAN, J. M. Las excursiones escolares y la educación integral. **Estudios Geograficos.** Madrid: CSIC/Instituto de Economía y Geografía Aplicados, abril-junio, 1991. p. 239-261.

BITTENCOURT, C. M. F. **Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar.** 1993. Tese (doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

CARDOSO, C.A. de A. Trabalho de campo e excursões escolares na educação geográfica. **Temas em Educação.** João Pessoa: Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), v. V. nº 10, 2001, p. 89-106.

CARDOSO, C.A. de A. Escola e modernidade no Brasil e na Espanha (1910-1930). In: TERRITÓRIO, CIUDAD Y EDUCACIÓN, Barcelona, **Actas del Seminário.** Apec, 2007. p. 177-196.

¹⁸ Ver Tatjer (2002).

CARDOSO, L. P. C. A venerada Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro: percursos e iniciativas na institucionalização do saber geográfico na primeira metade do século XX. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 12., 2006, Rio de Janeiro: ANPUH-RJ, p. 1-8. Disponível em:
<http://www.rj.anpuh.org/Anais/2006/conferencias/Luciene%20P%20Carris%20Cardoso.pdf>

CARVALHO, C. M. D. de. (1913). **Geographia do Brasil**. [s/local]: [s/ed.].

_____. C. M. D. de. **Methodologia do ensino geographico**: introdução aos estudos de Geographia Moderna. Petrópolis: Typographia Vozes, 1925.

CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. In: **Têoria e Educação**, nº 2, p. 177-229. 1990.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n.3, p. 549-566, set./dez. 2004.

ESCOLANO BENITO, A. **Historia ilustrada del libro escolar en España**: del antiguo régimen a la Segunda República. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 1997.

ESTRABÓN. **Geografia**: Libros I-II. Madrid: Gredos, 1991. p. 248-253.

FERRAZ, C. B. O. O discurso geográfico: a obra de Delgado de Carvalho no contexto da Geografia brasileira – 1913/1942. Dissertação. (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas Universidade de São Paulo, 0 São Paulo, 1995.

FERRIÈRE, A. **A lei biogenética e a Escola Ativa**. São Paulo: Cayeiras: Rio de Janeiro: Melhoramentos, 1929.

GIL CABEZUDO, A. La ciudad como excursión. Las excursiones urbanas del Centre Excursionista de Catalunya, 1891-1936. In: CAPEL, Horácio (Dir.). Habitatge, especialización i conflicte a la ciutat caralana. JORNADES DE GEOGRAFIA URBANA, 1., Tàrega, Ajuntament de Tàrega, p.145-154, 1994.

GONÇALVES, A. M.; NASCIMENTO, M. I. M. Francisco Ferrer y Guardia: o racionalismo pedagógico em terras brasileiras. **HISTEDBR On-line**, Campinas, nº 25, p. 67-74, março, 2007. Disponível em http://www.histedbr.fae.unicamp.br/art06_25.pdf. Acesso em março de 2007.

KROPOTKIN, P. **O que a Geografia deve ser**. Seleção de Textos nº 13. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), 1986, p. 1-9.

KULESZA, W. A. A lição do exemplo. In: BLANCK, Maria Elisabeth Miguel; CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira (Org.). **A Educação Escolar em Perspectiva Histórica**. Campinas: Autores Associados, v. 1, p. 293-307, 2005a.

KULESZA, W. A. Modos de migração de práticas e ideias educativas. In: CONGRESSO LIBEROAMERICANO DE HISTÓRIA DE LA EDUCACIÓN LATINOAMERCANA, 7., 2005, Quito. **Anais...** Quito: Universidade Andina Simón Bolívar, 2005b. v.1 p.1-15.

MOCTEZUMA, L. M. El aula al exterior. El tiempo de las excursiones escolares en México, 1904-1908. **Revista Brasileira de História da Educação**. São Paulo, n. 8, p. 183-204, jul-dez 1993.

MORAES, J. D. **Educação anarquista no Brasil da Primeira República**. [s.d.] (Mimeo).

PENTEADO JR., O. A. O ensino da Geografia. **Revista Orientação. Resgatando textos antigos**. São Paulo: n.6, p. 113-121, nov. 1985. (Departamento de Geografia/Instituto de Geografia/ Universidade de São Paulo)

PEREIRA, S. L. N. Obsessões geográficas: viagens, conflitos e saberes no âmbito da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. **Revista da SBHC**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 112-124, jul./dez. 2005.

PINHEIRO, A. C. **O ensino de Geografia no Brasil**: Catálogo de dissertações e teses (1967-2003). Goiânia: Vieira, 2005.

PROENÇA, A. F. **Como se ensina Geographia**. São Paulo: Cayeiras; Rio de Janeiro: Melhoramentos 1928.

RECLUS, E. La enseñanza de la Geografía. **Boletín de la Escuela Moderna**. Barcelona, Año II n. 6, p. 65-68, marzo 1903.

ROCHA, G. O. R. da. **A trajetória da disciplina Geografia no currículo escolar brasileiro (1839-1942)**. 1996. Dissertação (mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1996.

SANTOS, F. A. dos. Escola Nova e as prescrições destinadas ao ensino da disciplina de Geografia da Escola Primária em São Paulo no início do século XX. 2005. Dissertação (mestrado em História, Política, Sociedade) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

TATJER, M. Ensenyar la ciutat o aprendre de la ciutat: l'exemple de Barcelona. **Temps d'Educació**. Barcelona, Divisió de Ciències de l'Educació Universitat de Barcelona n. 26, p. 67-85, 2º semestre 2001/1r semestre 2002. (Divisió de Ciències de l'Educació Universitat de Barcelona).

VECHIA, A.; LORENZ, K. M. **Programa de ensino da escola secundária brasileira: 1850-1951**. Curitiba: Ed. do Autor, 1998.

VERÍSSIMO, J. **A Educação Nacional**. 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

VLACH, V. R. F. **A Propósito do ensino de Geografia**: em questão, o nacionalismo patriótico. 1988. Dissertação (mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1988.